



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
DIRETORIA COLEGIADA

## RESOLUÇÃO Nº 456/2018

Aprovar, para efeito de benefício fiscal, o projeto de implantação da empresa **TAMANDUÁ MIRIM 2 ENERGIA S/A** em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e com o direito que se refere o parágrafo único do art. 14 da Portaria nº 283 de 04 de julho de 2013 do Ministério da Integração Nacional.

O Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 17, do Anexo I do Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada desta Autarquia, de acordo com a competência que lhe foi atribuída pelo art. 6º, incisos III e XVII e parágrafo único do anexo I do referido Decreto e suas alterações, bem como o que estabelece os artigos 4º, 48 e 49 da Portaria MI nº 283/2013, de 04 de julho de 2013, em sessão realizada em 26/12/2018,

**R E S O L U V E :**

Art. 1º Aprovar, para efeito de benefício fiscal, previsto no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001 o projeto de implantação da empresa **TAMANDUÁ MIRIM 2 ENERGIA S/A** CNPJ 19.962.291/0001-27 pessoa jurídica titular do empreendimento sediado em Recife - PE, com unidade produtora localizada em Pindaí - BA, CNPJ 19.962.291/0001-27, tendo a fruição do benefício fiscal iniciada a partir da entrada em operação do empreendimento projetado, segundo constatação, obrigando-se a solicitar a emissão do Laudo Constitutivo por parte desta Autarquia, observado o disposto no capítulo II, item 2.2. do Manual de Instruções - MIBF.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Wanderley Silva, Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos**, em 11/01/2019, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 0051935 e o código CRC 884B3903.

